

Secretaria Municipal da Educação de Palmas do Tocantins

# **SEMED-PALMAS**

**Técnico Administrativo Educacional  
(Monitor de Educação Infantil)**

# SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	9
■ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS E ANÁLISE GLOBAL DO TEXTO: VARIEDADE DE TEXTOS E ADEQUAÇÃO DE LINGUAGEM.....	9
INFORMAÇÕES LITERAIS E INFERÊNCIAS.....	9
■ RELAÇÕES ENTRE FONEMAS E GRAFIAS.....	11
ORTOGRAFIA.....	12
ACENTUAÇÃO GRÁFICA.....	15
■ DISCURSO DIRETO E INDIRETO.....	15
■ EMPREGO DAS CLASSES GRAMATICAIS.....	17
FLEXÕES: GÊNERO, NÚMERO E GRAU DO SUBSTANTIVO.....	17
FLEXÕES: GÊNERO, NÚMERO E GRAU DO ADJETIVO.....	19
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS: RECURSOS DE COESÃO E COERÊNCIA.....	37
■ FIGURAS E FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	42
■ GÊNEROS TEXTUAIS.....	45
■ NOÇÕES DE LINGUÍSTICA GERAL.....	49
■ PONTUAÇÃO.....	50
■ SINTAXE: TERMOS DA ORAÇÃO.....	52
PROCESSOS DE COORDENAÇÃO.....	58
PROCESSOS DE SUBORDINAÇÃO.....	59
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL.....	61
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	68
■ REDAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIAS OFICIAIS.....	70
HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO TOCANTINS.....	113
■ O PROCESSO DE CRIAÇÃO DO ESTADO E SUAS DIFERENTES FASES: PERÍODOS COLONIAL, IMPERIAL E REPUBLICANO.....	113
POVOAMENTO E EXPANSÃO ATRAVÉS DA EXPLORAÇÃO DO OURO, DA NAVEGAÇÃO, DAS ATIVIDADES DE MINERAÇÃO E DA AGROPECUÁRIA.....	113

<b>HIERARQUIA URBANA, SÍMBOLOS, ESTRUTURA DOS PODERES .....</b>	<b>116</b>
Organização Política e Territorial, Divisão Política, Regiões Administrativas, Regionalização Do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) .....	116
<b>■ PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E MOVIMENTOS POLÍTICOS .....</b>	<b>117</b>
<b>■ A CONSTRUÇÃO DA RODOVIA FEDERAL BR-153 E SEUS IMPACTOS NA ECONOMIA E SOCIEDADE TOCANTINENSES .....</b>	<b>118</b>
<b>HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE PALMAS: HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE PALMAS .....</b>	<b>118</b>
Estudo da População e sua Dinâmica Populacional, Migração, Estrutura Etária, Indígenas e Quilombolas .....	118
<b>URBANIZAÇÃO .....</b>	<b>121</b>
Matriz Produtiva, Matriz Energética, Matriz de Transporte e Unidades de Conservação .....	121
<b>■ LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, DIVISÃO POLÍTICA E MEIO AMBIENTE .....</b>	<b>122</b>
<b>CLIMA .....</b>	<b>123</b>
<b>VEGETAÇÃO .....</b>	<b>124</b>
<b>RELEVO .....</b>	<b>126</b>
<b>HIDROGRAFIA .....</b>	<b>127</b>
<b>■ SOCIEDADE .....</b>	<b>130</b>
<b>POPULAÇÃO .....</b>	<b>130</b>
<b>■ SÍMBOLOS: BRASÃO, BANDEIRA E HINO .....</b>	<b>131</b>
<b>LEGISLAÇÃO PERTINENTE A PALMAS/TO .....</b>	<b>135</b>
<b>■ PODERES: JUDICIÁRIO, LEGISLATIVO E EXECUTIVO .....</b>	<b>135</b>
<b>■ LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: DO MUNICÍPIO, DA COMPETÊNCIA, DAS VEDAÇÕES .....</b>	<b>140</b>
<b>DISPOSIÇÕES PRELIMINARES: ESTRUTURA DO MUNICÍPIO .....</b>	<b>140</b>
Do Processo Legislativo: Disposições Gerais; das Emendas à Lei Orgânica; das Leis; da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial .....	140
Do Poder Executivo: das Atribuições do Prefeito; das Atribuições dos Secretários Municipais; Procuradoria-Geral do Município .....	140
Da Organização do Governo Municipal: da Administração Municipal; do Registro dos Atos Administrativos; dos Bens Municipais .....	141
<b>■ LEI Nº 2.998, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023 .....</b>	<b>141</b>

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL.....	147
■ PROGRAMA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL: LEI Nº 14.640, DE 2023 .....	147
■ ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS: LEGISLAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO.....	152
■ LEI Nº 13.005, DE 2014: PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO .....	155
■ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: LEI Nº 8.069, DE 1990.....	157
■ CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	210
■ LEI Nº 9.394, DE 1996: LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	214
SISTEMAS DE ENSINO NO BRASIL .....	214
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL .....	238
■ PARÂMETROS NACIONAIS DE QUALIDADE PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL .....	243
■ FUNDAMENTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	244
■ POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	246
■ BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC .....	248
■ PLANO NACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DAS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA/2013.....	258
■ PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.....	259
■ PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO .....	263
■ DOCUMENTOS CURRICULARES DO ESTADO DO TOCANTINS .....	264
■ PORTARIA Nº 506, DE 2024 .....	265
■ DECRETO Nº 11.556, DE 2023 .....	265
■ LEI Nº 14.113, DE 2020.....	266
■ EJA: RESOLUÇÃO CNE Nº 01, DE 2021 .....	277
CONHECIMENTOS ESPECÍFICO.....	293
■ MANUAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....	293
■ NOÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA.....	293
■ EDUCAÇÃO INCLUSIVA .....	296

■ ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA ESCOLA.....	297
■ ORGANIZAÇÃO E ROTINAS ESCOLARES .....	298
■ HÁBITOS DE HIGIENE E SAÚDE .....	300
■ JOGOS E BRINCADEIRAS .....	303
■ SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	308
■ ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	310
■ SEGURANÇA NO AMBIENTE ESCOLAR .....	318
PREVENÇÃO DE ACIDENTES E PRIMEIROS SOCORROS.....	318
■ PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL .....	325
■ DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA .....	326
■ PNATE – PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR.....	333
■ ECA, LDB, PARÂMETROS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, BNCC, DOCUMENTOS CURRICULARES DO TOCANTINS E DIRETRIZES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL .....	333

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICO

## MANUAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

*Manual de Educação Infantil* (1998), de Anna Bondioli e Susanna Mantovani, é uma obra fundamental no campo da pedagogia, especialmente voltada para a educação infantil. As autoras, renomadas especialistas na área, oferecem uma análise aprofundada das práticas pedagógicas, teóricas e metodológicas que envolvem a educação de crianças pequenas.

### ESTRUTURA E CONTEÚDO

#### Fundamentos Teóricos

Bondioli e Mantovani iniciam a obra com uma sólida fundamentação teórica, explorando conceitos essenciais sobre o desenvolvimento infantil e as teorias pedagógicas que influenciam as práticas educativas.

A obra dialoga com teorias de importantes pensadores, como Jean Piaget e Lev Vygotsky, integrando suas ideias às práticas contemporâneas de educação infantil.

#### Desenvolvimento Infantil

Um dos pontos fortes do manual é a discussão sobre o desenvolvimento integral das crianças. As autoras abordam de maneira clara e acessível os aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos do desenvolvimento infantil, enfatizando a importância de um ambiente educacional que favoreça o crescimento holístico da criança.

#### Práticas Pedagógicas

O livro fornece uma variedade de estratégias pedagógicas e atividades práticas que podem ser implementadas no cotidiano das salas de aula. As autoras destacam a importância do brincar como ferramenta pedagógica e exploram diferentes tipos de brincadeiras e atividades lúdicas que incentivam a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças.

#### Currículo e Planejamento

Bondioli e Mantovani discutem a importância de um currículo bem planejado e estruturado, que respeite as necessidades e interesses das crianças. Elas oferecem diretrizes para a elaboração de planejamentos pedagógicos eficazes, que promovam um ambiente de aprendizagem estimulante e inclusivo.

### Ambiente Educacional

As autoras enfatizam a relevância do ambiente físico na educação infantil. Elas discutem como a organização do espaço pode influenciar o comportamento e o aprendizado das crianças, e oferecem sugestões para criar ambientes seguros, acolhedores e estimulantes.

### Inclusão e Diversidade

Um capítulo essencial do manual é dedicado à inclusão e diversidade. Bondioli e Mantovani abordam a importância de acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais e culturais, promovendo práticas educativas que valorizem e respeitem a diversidade.

### ESTILO E ACESSIBILIDADE

O *Manual de Educação Infantil* é escrito de maneira clara e acessível, facilitando a compreensão dos conceitos tanto para profissionais experientes quanto para estudantes e iniciantes na área da educação. A abordagem prática das autoras torna o livro uma ferramenta útil e aplicável no cotidiano escolar.

### CONTRIBUIÇÃO PARA A ÁREA DA EDUCAÇÃO

A obra de Anna Bondioli e Susanna Mantovani é uma contribuição significativa para a educação infantil. O manual não apenas apresenta uma base teórica robusta, mas também oferece práticas pedagógicas que podem ser implementadas diretamente nas salas de aula.

A ênfase na importância do brincar, na organização do ambiente educativo e na inclusão faz deste livro uma leitura indispensável para todos os envolvidos na educação de crianças pequenas.

Em suma, o *Manual de Educação Infantil* é uma obra fundamental para educadores, gestores e estudantes de pedagogia. Seu conteúdo abrangente e sua abordagem prática e teórica fazem dele um recurso valioso para a formação e atuação de profissionais da educação infantil.

Esse manual é essencial para a implementação de práticas educativas que promovam o desenvolvimento integral das crianças, contribuindo para uma educação de qualidade e inclusiva.

### REFERÊNCIAS

BONDIOLI, A.; MANTOVANI, S. **Manual de Educação Infantil**: De 0 a 3 anos. 9ª ed. Penso, 1998.

## NOÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA

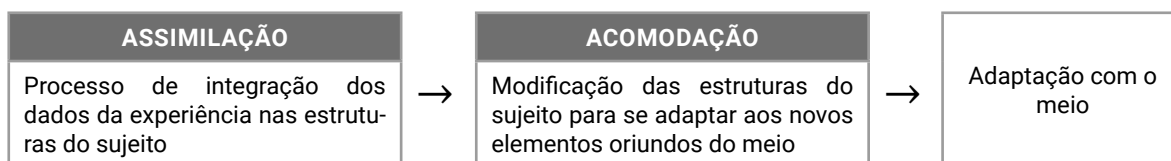
### DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM PIAGET

Piaget foi um biólogo, psicólogo e professor. Dedicou sua vida para os estudos atrelados à construção do conhecimento. Por esse motivo, o autor é denominado

como **construcionista**. O construcionismo refere-se à teoria do conhecimento, que tem como base a ideia do conhecimento adquirido por intermédio de estágios do desenvolvimento. De acordo com Piaget, as crianças se desenvolvem a partir de fases ou estágios. Abaixo apresentaremos cada um deles.

- **De zero até dois anos — Estágio Sensório-Motor:** esse estágio é primordial para o desenvolvimento das crianças. Geralmente, ocorre desde o nascimento até o início da fala, isso por volta de dois anos de idade;
- **De dois aos sete anos de idade — Estágio Pré-Operatório, ou Simbólico:** o estágio pré-operatório é marcado pela fala. É muito importante para o desenvolvimento das representações mentais, quando as crianças desenvolvem o pensamento lógico, o qual irá se aperfeiçoar na fase subsequente;
- **Sete aos 11 anos de idade — Estágio Operatório-Concreto:** neste estágio fica evidente uma maior autonomia da criança, em diferentes setores da vida. Também passam a criar e estabelecer algumas regras a respeito do mundo ao seu redor;
- **A partir dos 11 anos de idade — Estágio Operatório-Formal:** é a fase mais importante quando pensamos no desenvolvimento abstrato. É também uma fase importante para pensarmos o fato de a criança começar a colocar-se no lugar do outro, demonstrando maior empatia.

Como poderemos analisar na figura abaixo, Piaget afirma que o **equilíbrio** é fundamental para o entendimento do desenvolvimento. Dessa forma, o equilíbrio acontece a partir do momento que as pessoas se adaptam ao meio. Assim, a **assimilação e a acomodação** são complementares e corroboram para o processo de **acomodação**, pois, na assimilação, há a incorporação de conhecimentos relativos ao meio em que a pessoa se encontra. A **acomodação** é o processo pelo qual a pessoa passa para se adaptar ao meio. É nesse processo de acomodação que acontece a aprendizagem.



## I DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM WALLON

De acordo com Wallon (1995), a criança percorre algumas etapas na construção de domínios funcionais, etapas que “*serão, portanto, os da afetividade, do ato motor, do conhecimento e da pessoa*” (WALLON, 2010, p. 117).

No livro *A Evolução Psicológica da Criança*, Wallon aponta a **obtenção da linguagem** como fator essencial no **desenvolvimento cognitivo**. Assim, apresenta alguns estudos de Kellog e sua esposa, os quais marcam os avanços cognitivos das crianças comparando-os ao desenvolvimento de macacos. Nesse sentido, nos estudos comparativos observa-se que até o momento em que a criança desenvolve a linguagem, sua interação com o meio muito se assemelha à forma que os macacos interagem. Portanto, foi constatado que o grande diferencial entre as espécies é a capacidade de comunicação dos seres humanos.

Wallon defende a teoria que, ao dominar as funções cognitivas, a criança adquire um amontoado de funções, as quais possibilitam: “[...] *identificar e definir [...] significações, classificá-las, dissociá-las, reuni-las, confrontar suas relações lógicas e experimentais, tentar reconstruir por meio delas qual pode ser a estrutura das coisas*” (WALLON, 2010, p. 117).

Além disso, o autor afirma em seus estudos que as **funções psicológicas superiores se desenvolvem por meio da afetividade e motricidade. A afetividade, principalmente a emoção, assume um espaço importante nesse desenvolvimento.** Nesse sentido, a cognição e a afetividade são inseparáveis, pois a criança é estudada e compreendida de maneira integral (afetiva, cognitiva, física, emocional, dentre outros); uma situação está fortemente atrelada à outra.

Portanto, ao estudar a criança, Wallon não a vê como um ser fragmentado.

*É contra a natureza tratar a criança fragmentariamente. Em cada idade, ela constitui um conjunto indissociável e original. Na sucessão de suas idades, ela é um único e mesmo ser em curso de metamorfoses. Feita de contrastes e de conflitos, a sua unidade será por isso ainda mais susceptível de desenvolvimento e de novidade* (WALLON, 2010, p. 198).

Sobre isso, Ferreira e Acioly-Régner (2010, p. 29) trazem que Wallon é contra a fragmentação da criança:

*[...] ele trata o humano em sua infância, não como um “vir a ser” incompleto, “um menor” a quem falta algo próprio do adulto. Atribui à criança um estatuto de pessoa que deve ser entendida naquele momento evolutivo no qual se encontra.*

Deste modo, cabe destacar a importância de pensarmos a educação das crianças para além da ideia destes como incompletos, a quem a escola deverá inculcar o conhecimento, ou como um futuro adulto. É preciso compreender a criança em sua essência, como um ser que tem as necessidades próprias de sua idade — ou seja, a necessidade do cuidado e do desenvolvimento da aprendizagem — para, assim, não tratá-las como um objeto do nosso desejo em relação ao que falta para que se tornem adultos ideais ao nosso ver. Criança deve ser vista como criança, seguindo Wallon.

## Dica

Se quiser aperfeiçoar os conhecimentos a respeito de Wallon, vale a pena conferir um resumo.

**Wallon: teoria e prática dos estágios do desenvolvimento da criança.** Disponível em: <https://tempodecreche.com.br/relacao/wallon-teoria-e-pratica-dos-estagios-do-desenvolvimento-da-crianca/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

## DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA EM VYGOTSKY

Lev Semionovitch Vygotsky foi um psicólogo que em seus estudos se norteou a partir de uma visão da **psicologia histórico-cultural**. Portanto, realizou seus estudos com base no papel das **relações sociais** no desenvolvimento da aprendizagem; daí surgiu a **perspectiva sociointeracionista** do desenvolvimento da aprendizagem, ou seja, “[...] para Vygotsky, o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação do sujeito com o meio social. Assim, o homem é um ser ativo, histórico e social que através de interações constrói e modifica o ambiente” (PIOVESAN et al. 2018, p. 83).

O autor dedicou-se a estudar as **funções psicológicas superiores**, as quais, de acordo com Luria (1992, p. 60), “[...] surgem da interação dos fatores biológicos, que são parte da constituição física do Homo sapiens, com fatores culturais que evoluíram através de dezenas de milhares de anos de história humana” (LURIA, 1992, p. 60).

A respeito das funções psicológicas superiores, é possível citar Piovesan, que afirma: “[...] memória, atenção, imaginação, planejamento, ação intencional, representação simbólica, pensamento abstrato, capacidade de solucionar problemas, formação de conceitos, linguagem, dentre outros” (PIOVESAN et al. 2018, p. 83).

Sobre Vygotsky, é importante discorrer de forma mais aprofundada sobre a **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP)** em relação à aprendizagem.

*[...] o conceito de ZDP é utilizado para dois diferentes propósitos na análise vygotskyana do desenvolvimento psicológico. Um deles é identificar os tipos de funções psicológicas em maturação e as interações sociais a elas associadas necessários para a transição de um período do desenvolvimento para o seguinte; e o outro é identificar o estado atual da criança em relação ao desenvolvimento dessas funções necessárias para essa transição. O primeiro propósito configura a Zona objetiva de desenvolvimento próximo que é “objetiva” no sentido de que ela reflete as funções psicológicas que precisam ser formadas ao longo de um determinado período etário para que se forme o período seguinte. (CORREA, 2017, p. 383)*

Para o autor, a criança se desenvolve à medida que interage e vivencia experiências com o meio ambiente, com as pessoas e com a cultura. Nesse sentido, **o professor é um importante mediador da aprendizagem**.

Na figura a seguir, podemos perceber, de forma mais didática, a explicação de três conceitos importantes na teoria do autor. **Zona de Desenvolvimento Real** é o conhecimento que a criança já apresenta, atividades que não demandam a intervenção de um adulto. Já a **Zona de Desenvolvimento Proximal** é a mediação que ocorre por outra pessoa com mais experiência entre o conhecimento que a criança já possui e os novos conhecimentos. **Nesse caminho, representado pela ponte** estão todos os conhecimentos que a criança ainda não possui, mas poderão aprender e desenvolver, a partir da mediação de uma pessoa com maior experiência — geralmente um adulto. E na **Zona de Desenvolvimento Potencial** estão todos os conhecimentos que a criança ainda não alcançou; não realiza a atividade sozinha nem mesmo com a mediação de uma pessoa mais experiente, mas poderá aprender.



Fonte: Piovesan (2018, p. 85).



Sabe-se que o melhor é sempre pesquisar e realizar a leitura na fonte, no entanto, não é sempre que temos disponíveis as obras que mais precisamos. Sendo assim, gostaria de indicar a leitura de um artigo que consideramos bastante amplo para o entendimento das teorias de **Piaget e Vygotsky** quanto à aprendizagem das crianças.

*A Relação entre Desenvolvimento Humano e Aprendizagem: Perspectivas Teóricas.* Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/yZmjRzBCCsdJXWQ37ZLtt9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2023.

**Para saber mais sobre Vygotsky e o desenvolvimento da aprendizagem, acesse o site:**

*Vygotsky: Conheça a Contribuição do Teórico para a Educação Infantil.* Disponível em: <https://www.ninhosdobrasil.com.br/vygotsky-teoria>. Acesso em 05 mar. 2023.

## REFERÊNCIAS

CORRÊA, C. R. A relação entre desenvolvimento humano e aprendizagem: perspectivas teóricas. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 21, Número 3, Setembro/Dezembro de 2017: 379-386.

FERREIRA; A. L. ACIOLY-RÉGNIER, N. M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. **Educar**, Curitiba, n. 36, p. 21-38, 2010. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/9jbsbrcX4GycRr3BDF98GL>. Acesso em: 05 mar. 2023.

LURIA, A. **A construção da mente**. São Paulo: Ícone. Mäder, M. J., 1992.

PIOVESAN, J. et al. **Psicologia do desenvolvimento**. In: PIOVESAN, J. et al. *Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem* [recurso eletrônico]. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18336?show=full>. Acesso em: 17 fev. 2023.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva atua no âmbito da promoção da inclusão social e educacional de todas as pessoas. Nesse aspecto, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, define em seu art. 1º que:

**Art. 1º** É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Essa perspectiva de inclusão social e educacional é trabalhada rumo a superação de uma lógica de segregação e exclusão que se fazia vigente na sociedade de modo geral.

As políticas públicas que regem essa perspectiva de inclusão social e escolar são fruto do engajamento de movimentos sociais, pessoas com deficiência bem como de seus familiares, para a garantia de direitos desde os mais básicos aos mais abrangentes, de modo que tais políticas promovam a inclusão de todas as pessoas.

Tratando-se dessas políticas, então, defende-se que são de grande relevância para a efetivação de práticas educativas que garantam a acessibilidade e permanência de pessoas que demandam um Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Nesse direcionamento, cumpre assinalar um importante documento que visa direcionar para a implementação de práticas educativas que atendam também às necessidades especiais dos estudantes: a **Declaração de Salamanca (1994)** que trata dos **Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Desse modo, oportuniza o acesso de pessoas com deficiência nas escolas regulares, o que figura a inclusão escolar em seu caráter amplo, ou seja, de maneira que as diferenças sejam valorizadas nas relações e trabalhadas com base nas potencialidades e especificidades dos diferentes grupos. Nesta discussão, Miranda (2019, p. 15) acentua o seguinte:

*O princípio básico da inclusão escolar, de acordo com essa Declaração, consiste em que as escolas reconheçam as diversas necessidades dos alunos e a elas respondam, assegurando-lhes uma educação de qualidade, que proporcione a aprendizagem por meio de um currículo apropriado e modificações organizacionais, das estratégias de ensino, entre outros.* (UNESCO, 2000 apud MIRANDA, 2019, p. 15)

À vista disso, a perspectiva de educação inclusiva está pautada na construção de um currículo que valorize as diferenças, bem como direciona suas práticas educativas para se atingir os objetivos de aprendizagem de todos os estudantes, considerando suas diferentes necessidades.

Isso implica em modificar as estruturas organizacionais e estratégias de ensino das escolas regulares, para que estes espaços sejam acessíveis a todos os estudantes. A educação inclusiva, então, se preocupa com estratégias de ensino que atendam às singularidades dos estudantes, já que é certo que cada um possui um ritmo de aprendizagem, uma condição física e intelectual específica, bem como realidade social distinta.

O Capítulo II, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, trata do aspecto da Igualdade e da Não Discriminação, em seu art. 4º define-se que:

**Art. 4º** Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

Nessa compreensão, a educação inclusiva é concebida como princípio da igualdade de oportunidades, de maneira que não sofram nenhum tipo de discriminação. Isso significa oferecer nas escolas regulares espaços para se efetivarem as aprendizagens de todos os estudantes, no que concerne ao acesso e permanências deles.

Nesse panorama, a Declaração de Salamanca indica que “[...] cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias” (UNESCO, 1994). Portanto, o reconhecimento das especificidades, interesses e capacidades de cada estudante é aspecto primordial no desenvolvimento das práticas educativas, bem como de toda a organização do ensino regular.

Para essa organização do ensino regular, a Declaração de Salamanca (1994) oferece orientações importantes. Uma delas diz respeito ao seguinte:

*Conceder a maior prioridade, através das medidas de política e através das medidas orçamentais, ao desenvolvimento dos respectivos sistemas educativos, de modo a que possam incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais. (UNESCO, 1994)*

Isso significa que as políticas públicas precisam atender às reais necessidades da sociedade como um todo, caracterizada como diversa e que requer de políticas de inclusão social e educacional. Tais diferenças, então, fazem parte da identidade de cada estudante, as quais devem ser valorizadas pelos currículos da escola regular.

Ademais, ressalta-se o que está disposto no art. 8º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015:

**Art. 8º** É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Estas determinações da legislação brasileira propõem que a efetivação dos direitos básicos e outros mais abrangentes é dever do Estado, da sociedade e da família. Nesse quesito, a educação inclusiva requer uma articulação entre estas três esferas da sociedade, para que, assim, se desenvolva um ensino significativo aos estudantes, e que assegure o atendimento de suas especificidades, bem como o princípio da igualdade de oportunidades seja assegurado nas políticas públicas, e nas práticas educativas das escolas regulares.

Nessa lógica, espera-se das ações governamentais:

- Estabelecer mecanismos de planejamento, supervisão e avaliação educacional para crianças e adultos com necessidades educativas especiais, de modo descentralizado e participativo;
- Encorajar e facilitar a participação dos pais, comunidades e organizações de pessoas com deficiência no planejamento e na tomada de decisões sobre os serviços na área das necessidades educativas especiais. (UNESCO, 1994).

Sendo assim, o planejamento, supervisão e avaliação devem ser realizados de maneira participativa. Isso torna-se possível com ações descentralizadas, que se pautam em objetivos de aprendizagem que considerem as diferentes necessidades dos estudantes.

Para isso, ações que encorajam e facilitam a participação dos familiares, comunidades, e organizações de pessoas com deficiência são um passo fundamental para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Tratando-se das ações para a inclusão de todas as pessoas na educação regular, insere-se a proposta de garantia da educação como direito fundamental de todas as pessoas. Nesse aspecto, a Declaração de Salamanca ainda propõe que:

*[...] os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades. (UNESCO, 1994)*

As escolas regulares precisam ser planejadas para se efetivar o atendimento dos estudantes com suas especificidades. O currículo destas escolas regulares, então, deverá ser pensado e elaborado de maneira participativa, para que as diferenças realmente constituam a proposta de educação inclusiva destas instituições. Sendo assim, indica-se que:

*A educação Inclusiva consiste em um processo de mudança cujo propósito é de transformar a visão educacional, não visando apenas alcançar o discente, mas a todos que fazem parte da educação (como o docente, diretor e todos os demais que sejam integrantes da rede de ensino). (VIEIRA, 2019, p. 147)*

Isso significa que o processo de mudança que envolve a educação inclusiva é guiado por uma nova visão educacional, que não é a de integrar os estudantes, mas, sim a de promover um espaço inclusivo, que seja construído para ser acessível e de caráter potencializador das aprendizagens dos estudantes.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 17 jan. 2023.
- MIRANDA, F. D. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, Manaus, v. 2, n. 3, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/educacaoInclusiva/article/view/4867>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 18 jan. 2023.
- VIEIRA, F. V. Direito fundamental à educação inclusiva. **Revista Interdisciplinar do Pensamento Científico**, volume 5, artigo nº 11, julho/dezembro 2019. Disponível em: <http://reinpeconline.com.br/index.php/reinpec/article/view/315>. Acesso em: 19 jan. 2023.

## ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA ESCOLA

A organização e preservação da escola são aspectos fundamentais para garantir um ambiente educativo de qualidade, seguro e acolhedor para todos os membros da comunidade escolar.